

Economia Brasileira I - FEA-USP

Aula 12 - O governo Lula

Renato Perim Colistete

2024

Objetivos

Nesta aula passaremos em revista as principais medidas econômicas dos dois governos Lula, de 2003 a 2010.

Destacaremos a orientação geral da política macroeconômica e alguns dos seus resultados. Enfatizaremos a adesão ao regime de metas de inflação, a condução da política fiscal e o quadro externo.

Outros tópicos - política social, distribuição de renda e desempenho da indústria - serão vistos adiante.

Transição

A transição do governo Fernando Henrique Cardoso (jan/1995 a jan/2003) para o governo Luis Inácio da Silva (jan/2003 a jan/2011) foi marcada por instabilidade e incerteza quanto à continuidade da política econômica.

Transição

A transição do governo Fernando Henrique Cardoso (jan/1995 a jan/2003) para o governo Luis Inácio da Silva (jan/2003 a jan/2011) foi marcada por instabilidade e incerteza quanto à continuidade da política econômica.

Porém, como vimos anteriormente, o compromisso com a manutenção da política, firmado pela nova equipe de governo ainda durante as eleições, e as medidas posteriores à posse foram bem-sucedidas em conter a incerteza e a instabilidade.

Em particular, duas mudanças ocorridas em anos anteriores foram preservadas e continuaram importantes após 2003: o regime de metas de inflação (jun/1999) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (maio/2000).

Em particular, duas mudanças ocorridas em anos anteriores foram preservadas e continuaram importantes após 2003: o regime de metas de inflação (jun/1999) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (maio/2000).

A LRF já foi abordada antes, vejamos rapidamente a adoção do regime de metas.

Metas de inflação

O regime de metas de inflação do Banco Central foi adotado em junho de 1999 ([decreto 3.088, 21/6/1999](#)) como âncora das expectativas inflacionárias, na sequência da grande flutuação do câmbio naquele ano após longo período de paridade praticamente fixa. Ver [aqui](#) a legislação completa do regime de metas.

Metas de inflação

O regime de metas de inflação do Banco Central foi adotado em junho de 1999 ([decreto 3.088, 21/6/1999](#)) como âncora das expectativas inflacionárias, na sequência da grande flutuação do câmbio naquele ano após longo período de paridade praticamente fixa. Ver [aqui](#) a legislação completa do regime de metas.

O princípio básico do regime foi que a meta anunciada publicamente para a inflação futura funcionasse como âncora das expectativas dos agentes em relação aos preços.

Metas de inflação

O regime de metas de inflação do Banco Central foi adotado em junho de 1999 ([decreto 3.088, 21/6/1999](#)) como âncora das expectativas inflacionárias, na sequência da grande flutuação do câmbio naquele ano após longo período de paridade praticamente fixa. Ver [aqui](#) a legislação completa do regime de metas.

O princípio básico do regime foi que a meta anunciada publicamente para a inflação futura funcionasse como âncora das expectativas dos agentes em relação aos preços.

Fixação das metas nos primeiros anos: variação dos preços medidos pelo IPCA, banda de 2%, período de referência de 12 meses (atualmente, meta para 2024 de 3,0%, banda de 1,5%). Ver [aqui](#) as metas adotadas desde 1999.

Implementação

No caso de descumprimento da meta anunciada (considerando as bandas), o presidente do Banco Central deve anunciar publicamente as razões do desvio, as medidas tomadas para corrigí-lo e o prazo para o retorno à meta.

Implementação

No caso de descumprimento da meta anunciada (considerando as bandas), o presidente do Banco Central deve anunciar publicamente as razões do desvio, as medidas tomadas para corrigí-lo e o prazo para o retorno à meta.

O instrumento único para obtenção das metas é a taxa de juros de curto prazo, apurada no Sistema Especial de Liquidação e Custódia a partir da taxa média dos financiamentos diários (*overnight*), com lastro em títulos federais – ou simplesmente taxa Selic. Ver aqui o [histórico das taxas Selic](#).

Implementação

No caso de descumprimento da meta anunciada (considerando as bandas), o presidente do Banco Central deve anunciar publicamente as razões do desvio, as medidas tomadas para corrigí-lo e o prazo para o retorno à meta.

O instrumento único para obtenção das metas é a taxa de juros de curto prazo, apurada no Sistema Especial de Liquidação e Custódia a partir da taxa média dos financiamentos diários (*overnight*), com lastro em títulos federais – ou simplesmente taxa Selic. Ver aqui o [histórico das taxas Selic](#).

O regime de metas pressupõe autonomia do Bacen. A execução operacional das metas fica a cargo do Comitê de Política Monetária (Copom, criado em jun/1996, [Circular no. 2.698 do Bacen](#)), composto pela diretoria do Bacen e que se reúne aproximadamente a cada 6 semanas.

Contexto

Antes concentrada no controle da oferta monetária, a política monetária mudou (últimos 20/25 anos internacionalmente) para o controle da taxa de juros básica.

Contexto

Antes concentrada no controle da oferta monetária, a política monetária mudou (últimos 20/25 anos internacionalmente) para o controle da taxa de juros básica.

Razões: endogeneidade da oferta de moeda, flutuação acentuada da demanda de moeda, inovações financeiras.

Contexto

Antes concentrada no controle da oferta monetária, a política monetária mudou (últimos 20/25 anos internacionalmente) para o controle da taxa de juros básica.

Razões: endogeneidade da oferta de moeda, flutuação acentuada da demanda de moeda, inovações financeiras.

Novo regime: política de metas de inflação e autonomia da Autoridade Monetária como forma de coordenar e disciplinar expectativas de preços dos agentes.

Instabilidade

Com a aproximação das eleições em out/2002 e aumento da incerteza quanto ao futuro da política econômica, a inflação anualizada subiu no final do governo FH Cardoso.

Instabilidade

Com a aproximação das eleições em out/2002 e aumento da incerteza quanto ao futuro da política econômica, a inflação anualizada subiu no final do governo FH Cardoso.

Confirmada a vitória da oposição, os preços deram um salto nas primeiras semanas de 2003 (+- 18%, IPCA).

Instabilidade

Com a aproximação das eleições em out/2002 e aumento da incerteza quanto ao futuro da política econômica, a inflação anualizada subiu no final do governo FH Cardoso.

Confirmada a vitória da oposição, os preços deram um salto nas primeiras semanas de 2003 (+- 18%, IPCA).

Com preços disparando, fuga de capital e desvalorização do Real, o Banco Central atuou subindo a taxa Selic de 18% para 25% *antes* da posse do novo governo Lula.

Primeiros meses do novo governo

As medidas iniciais do novo governo Lula visaram demonstrar o compromisso com a estabilidade de preços e consistência com a política macroeconômica do governo anterior. Alguns exemplos:

Primeiros meses do novo governo

As medidas iniciais do novo governo Lula visaram demonstrar o compromisso com a estabilidade de preços e consistência com a política macroeconômica do governo anterior. Alguns exemplos:

- nomeação de Henrique Meirelles (Banco de Boston até 2002, recém-eleito deputado federal pelo PSDB de Goiás) para a presidência do Banco Central.

Primeiros meses do novo governo

As medidas iniciais do novo governo Lula visaram demonstrar o compromisso com a estabilidade de preços e consistência com a política macroeconômica do governo anterior. Alguns exemplos:

- nomeação de Henrique Meirelles (Banco de Boston até 2002, recém-eleito deputado federal pelo PSDB de Goiás) para a presidência do Banco Central.
- Anúncio (em 21/1/2003) de metas de inflação para 2003 (8,5%) e 2004 (5,5%) com o intuito de atingir o intervalo de tolerância fixado anteriormente (2002) para 2004 (meta de 3,75% e banda de 2,5%).

- Notar que a inflação de 2002 foi de 12,5%, contra a meta de 3,5%, com banda de $\pm 2\%$ (ver gráfico adiante).

Mais medidas

- elevação em 0,5% da taxa Selic na 1a reunião do Copom do novo Banco Central (jan/2003): de 25% para 25,5% a.a.

Mais medidas

- elevação em 0,5% da taxa Selic na 1a reunião do Copom do novo Banco Central (jan/2003): de 25% para 25,5% a.a.
- em fev/2003, o novo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, anunciou aumento da meta de superávit primário para aquele ano, de 3,75% para 4,25% do PIB.

Mais medidas

- elevação em 0,5% da taxa Selic na 1a reunião do Copom do novo Banco Central (jan/2003): de 25% para 25,5% a.a.
- em fev/2003, o novo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, anunciou aumento da meta de superávit primário para aquele ano, de 3,75% para 4,25% do PIB.

Ver metas e resultados a seguir.

Metas e inflação observada

Histórico de Metas para a Inflação no Brasil

Ano	Norma	Data	Meta (%)	Banda (p.p.)	Limites Inferior e Superior (%)	Inflação Efetiva (IPCA % a.a.)
1999			8	2	6-10	8,94
2000	Resolução 2.615	30/6/1999	6	2	4-8	5,97
2001			4	2	2-6	7,67
2002	Resolução 2.744	28/6/2000	3,5	2	1,5-5,5	12,53
2003 ^{1/}	Resolução 2.842	28/6/2001	3,25	2	1,25-5,25	
	Resolução 2.972	27/6/2002	4	2,5	1,5-6,5	9,30
2004 ^{1/}	Resolução 2.972	27/6/2002	3,75	2,5	1,25-6,25	
	Resolução 3.108	25/6/2003	5,5	2,5	3-8	7,60
2005	Resolução 3.108	25/6/2003	4,5	2,5	2-7	5,69
2006	Resolução 3.210	30/6/2004	4,5	2	2,5-6,5	3,14
2007	Resolução 3.291	23/6/2005	4,5	2	2,5-6,5	4,46
2008	Resolução 3.378	29/6/2006	4,5	2	2,5-6,5	5,90
2009	Resolução 3.463	26/6/2007	4,5	2	2,5-6,5	4,31
2010	Resolução 3.584	1/7/2008	4,5	2	2,5-6,5	5,91
2011	Resolução 3.748	30/6/2009	4,5	2	2,5-6,5	6,50
2012	Resolução 3.880	22/6/2010	4,5	2	2,5-6,5	5,84
2013	Resolução 3.991	30/6/2011	4,5	2	2,5-6,5	
2014	Resolução 4.095	28/6/2012	4,5	2	2,5-6,5	

^{1/} A Carta Aberta, de 21/1/2003, estabeleceu metas ajustadas de 8,5% para 2003 e de 5,5% para 2004.

Política fiscal

E a política fiscal no novo governo Lula? Em 2003, houve queda da arrecadação, que foi acompanhada por redução de gastos, sobretudo na rubrica “Outras despesas de custeio e capital”.

Política fiscal

E a política fiscal no novo governo Lula? Em 2003, houve queda da arrecadação, que foi acompanhada por redução de gastos, sobretudo na rubrica “Outras despesas de custeio e capital”.

Desta forma, alcançou-se o compromisso de manter elevado o superávit primário do setor público (3,27% do PIB contra 3,22% em 2002), embora bastante aquém da meta anunciada em fevereiro (4,75%).

Política fiscal

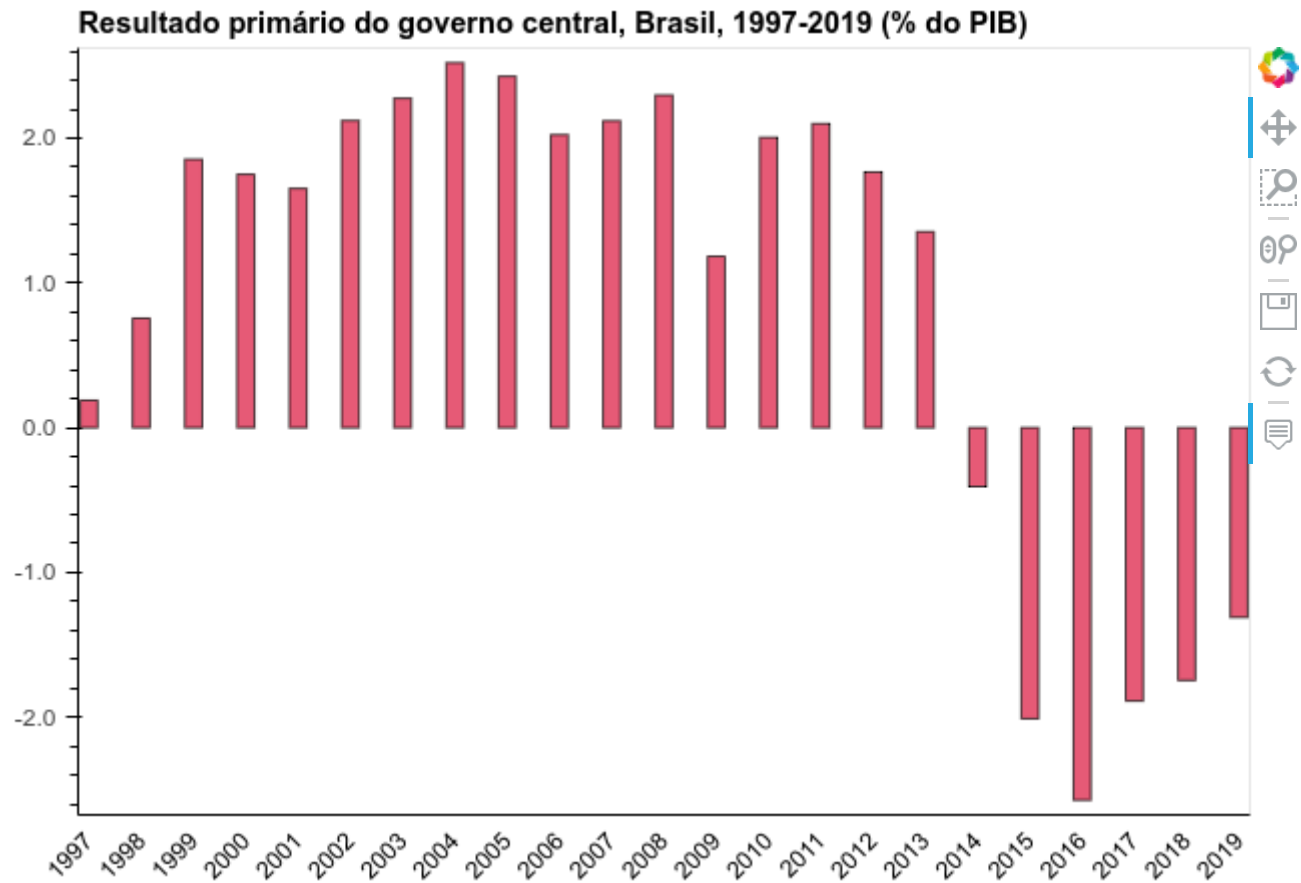
E a política fiscal no novo governo Lula? Em 2003, houve queda da arrecadação, que foi acompanhada por redução de gastos, sobretudo na rubrica “Outras despesas de custeio e capital”.

Desta forma, alcançou-se o compromisso de manter elevado o superávit primário do setor público (3,27% do PIB contra 3,22% em 2002), embora bastante aquém da meta anunciada em fevereiro (4,75%).

Nos anos seguintes a política foi mantida; inclusive, em 2004 e 2005 houve aumentos substanciais do superávit primário – 3,72% e 3,79% do PIB, respectivamente (a figura a seguir refere-se ao primário do governo central apenas)

In [3]: `prim`

Out[3]:



Causas

Notar, porém, que esses ganhos não resultaram da redução de gastos – que subiram de 15,14% do PIB em 2003 para 15,59% em 2004 e 16,38% em 2005.

Causas

Notar, porém, que esses ganhos não resultaram da redução de gastos – que subiram de 15,14% do PIB em 2003 para 15,59% em 2004 e 16,38% em 2005.

O superávit primário cresceu especialmente devido ao grande aumento das receitas (22,74% do PIB em 2005 contra 20,98% em 2003).

Causas

Notar, porém, que esses ganhos não resultaram da redução de gastos – que subiram de 15,14% do PIB em 2003 para 15,59% em 2004 e 16,38% em 2005.

O superávit primário cresceu especialmente devido ao grande aumento das receitas (22,74% do PIB em 2005 contra 20,98% em 2003).

A partir de 2006, o superávit primário tendeu a cair (especialmente em 2009 e 2012). Os gastos do governo central cresceram substancialmente, chegando a 18,58% do PIB em 2010 (15,14% em 2005).

Quais razões possíveis? Mudança no MF (Palocci substituído por Guido Mantega em mar/2006)? 2o mandato (eleição em out/2006)? Para detalhes das contas, ver a seguir.

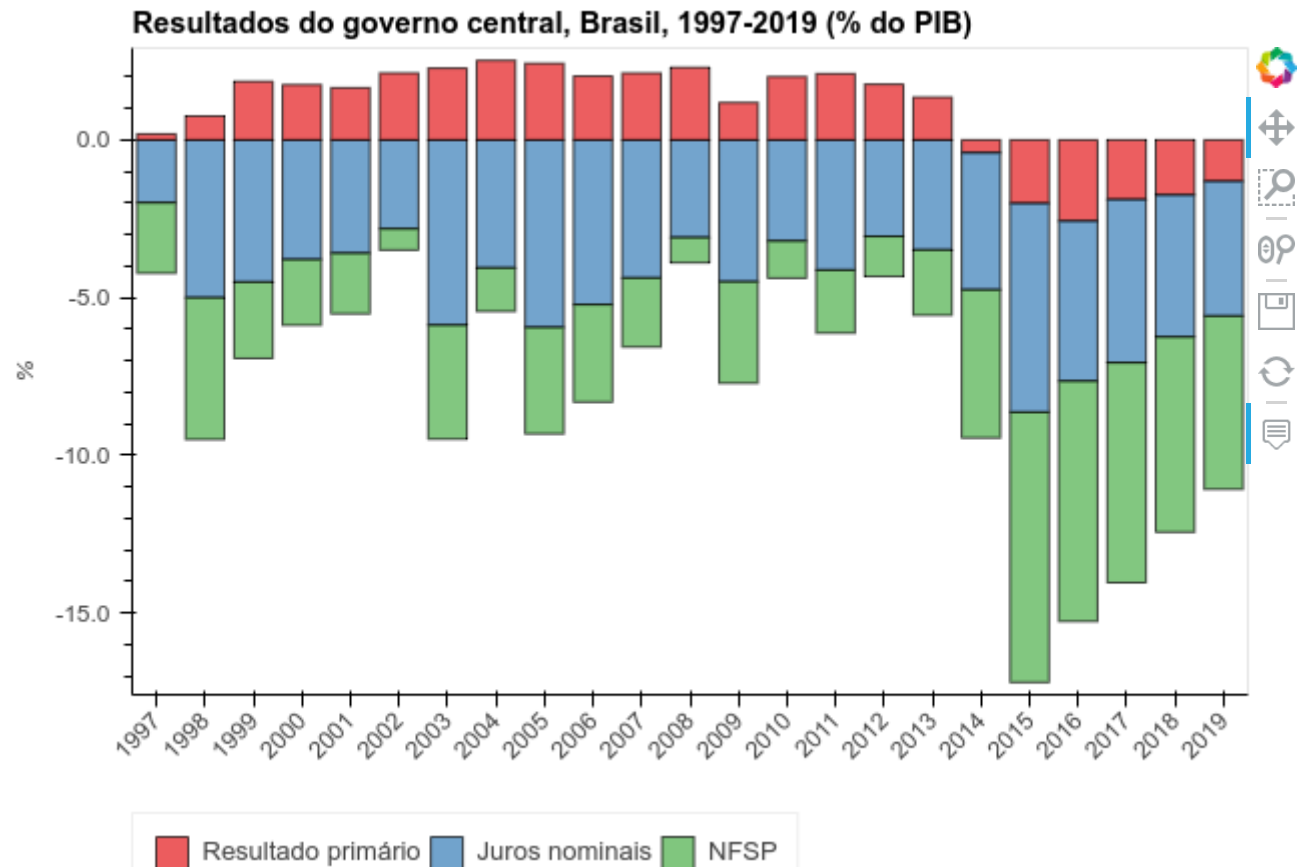
Datos anuales realizados de 1997-2011 (% PIB)

Datos anuales realizados de 1997-2011 (% PIB)

Resultado Primário ¹⁾	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
	% do PIB	% do PIB	% do PIB	% do PIB	% do PIB	% do PIB	% do PIB	% do PIB	% do PIB	% do PIB	% do PIB	% do PIB	% do PIB	% do PIB	% do PIB
I. RECEITA TOTAL	16,93%	18,74%	19,66%	19,93%	20,17%	21,66%	20,96%	21,61%	22,74%	22,94%	23,25%	23,63%	22,82%	24,40%	23,91%
I.1. Receitas do Tesouro	12,22%	14,01%	15,04%	15,17%	15,94%	16,82%	16,17%	16,72%	17,62%	17,68%	17,93%	18,18%	17,13%	18,71%	17,89%
I.1.1. Receita Bruta	12,60%	14,40%	15,50%	15,62%	16,42%	17,41%	16,91%	17,43%	18,28%	18,11%	18,45%	18,62%	17,59%	19,00%	18,28%
- Impostos	6,66%	7,40%	7,61%	7,39%	7,48%	7,98%	7,39%	7,25%	7,76%	7,67%	8,06%	8,88%	7,97%	7,69%	8,59%
- Contribuições	4,77%	4,63%	5,68%	6,60%	6,03%	7,53%	7,63%	8,46%	8,12%	8,20%	7,10%	6,56%	6,88%	6,63%	6,88%
- Demais (1)	1,17%	2,43%	2,26%	1,83%	2,12%	1,91%	1,89%	1,89%	2,06%	2,31%	2,19%	2,64%	3,06%	4,60%	2,80%
d) Cessão Onerosa Exploração Petróleo	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,68%	0,00%
I.1.2. (-) Restituições	-0,30%	-0,36%	-0,44%	-0,57%	-0,47%	-0,57%	-0,73%	-0,71%	-0,69%	-0,45%	-0,52%	-0,44%	-0,45%	-0,37%	-0,38%
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-0,08%	-0,08%	-0,07%	-0,00%	-0,02%	-0,02%	-0,01%	-0,00%	-0,00%	-0,00%	-0,00%	-0,00%	-0,00%	-0,01%	-0,01%
I.2. Receitas da Previdência Social	4,71%	4,73%	4,61%	4,72%	4,80%	4,81%	4,75%	4,83%	5,05%	5,21%	5,38%	5,39%	5,62%	5,62%	5,94%
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano (2)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,66%	4,65%	4,58%	4,67%	4,89%	5,00%	5,12%	5,22%	5,48%	5,81%	5,40%
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural (2)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,14%	0,16%	0,17%	0,16%	0,16%	0,16%	0,16%	0,16%	0,14%	0,13%	0,13%
I.3. Receitas do Banco Central	-	-	0,01%	0,04%	0,03%	0,03%	0,06%	0,06%	0,06%	0,07%	0,05%	0,06%	0,07%	0,07%	0,08%
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	2,66%	2,91%	3,28%	3,42%	3,53%	3,80%	3,54%	3,46%	3,91%	3,92%	3,97%	4,39%	3,94%	3,73%	4,16%
II.1. Transferências Constitucionais (IP, IE e outras)	2,32%	2,53%	2,57%	2,64%	2,80%	3,02%	2,72%	2,63%	2,97%	2,98%	3,09%	3,36%	3,11%	2,80%	3,14%
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115/3 (3)	0,17%	0,23%	0,41%	0,32%	0,28%	0,27%	0,23%	0,22%	0,18%	0,15%	0,17%	0,10%	0,09%	0,02%	0,00%
II.3. Transferências da Cide	-	-	-	-	-	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
II.4. Demais	0,16%	0,15%	0,29%	0,45%	0,45%	0,51%	0,57%	0,57%	0,64%	0,68%	0,66%	0,80%	0,78%	0,70%	0,88%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	14,27%	15,83%	16,38%	16,51%	17,23%	17,86%	17,44%	18,13%	18,84%	19,02%	19,29%	19,25%	18,88%	20,67%	19,74%
IV. DESPESA TOTAL	14,01%	15,04%	14,69%	14,73%	15,57%	15,72%	15,14%	15,99%	16,38%	16,91%	17,12%	16,42%	17,66%	18,58%	17,46%
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	4,27%	4,56%	4,67%	4,57%	4,80%	4,81%	4,46%	4,31%	4,30%	4,44%	4,37%	4,31%	4,68%	4,42%	4,33%
IV.2. Benefícios Previdenciários	5,01%	5,45%	5,50%	5,58%	5,78%	5,96%	6,30%	6,48%	6,80%	6,99%	6,96%	6,58%	6,94%	6,76%	6,79%
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano (2)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	4,66%	4,80%	5,09%	5,25%	5,59%	5,71%	5,59%	5,13%	5,43%	6,00%	5,31%
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural (2)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,12%	1,15%	1,21%	1,20%	1,27%	1,34%	1,37%	1,32%	1,51%	1,00%	1,48%
IV.3. Custeio e Capital	4,72%	5,03%	4,64%	4,51%	4,90%	4,87%	4,27%	4,69%	5,18%	5,06%	5,09%	5,41%	5,19%	7,29%	6,22%
IV.3.1. Despesa do FAT	0,53%	0,54%	0,52%	0,47%	0,51%	0,54%	0,51%	0,51%	0,56%	0,62%	0,70%	0,69%	0,85%	0,80%	0,84%
- Aluguel e Seguro Desemprego	0,46%	0,46%	0,45%	0,39%	0,43%	0,49%	0,49%	0,49%	0,62%	0,68%	0,68%	0,67%	0,83%	0,79%	0,82%
- Demais Despesas do FAT	0,07%	0,08%	0,07%	0,07%	0,08%	0,06%	0,03%	0,02%	0,03%	0,03%	0,02%	0,02%	0,02%	0,01%	0,01%
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (4)	0,29%	0,30%	0,24%	0,31%	0,35%	0,16%	0,36%	0,29%	0,43%	0,40%	0,38%	0,20%	0,16%	0,21%	0,25%
- Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	0,19%	0,21%	0,18%	0,25%	0,27%	0,14%	0,30%	0,22%	0,41%	0,31%	0,29%	0,11%	0,07%	0,13%	0,16%
- Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	0,10%	0,09%	0,07%	0,06%	0,08%	0,02%	0,07%	0,07%	0,07%	0,09%	0,09%	0,09%	0,09%	0,08%	0,09%
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) (5)	-	-	-	-	-	-	0,26%	0,39%	0,43%	0,49%	0,53%	0,53%	0,58%	0,59%	0,60%
IV.3.4. Capitalização da Petróleo	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,14%	0,00%
IV.3.5. Outras Despesas de Custeio e Capital	3,91%	4,19%	3,67%	3,74%	4,03%	4,17%	3,14%	3,51%	3,71%	3,87%	4,08%	3,96%	4,32%	4,54%	4,53%
- Outras Despesas de Custeio	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
- Outras Despesas de Capital (6)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	-	-	-	-	-	-	0,03%	0,03%	0,03%	0,03%	0,02%	0,03%	0,04%	0,03%	0,05%
IV.5. Despesas do Banco Central	-	-	0,08%	0,08%	0,08%	0,08%	0,07%	0,08%	0,08%	0,07%	0,07%	0,08%	0,09%	0,08%	0,09%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB (7)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,47%	0,00%	0,00%	0,00%
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (II - IV - V)	0,19%	0,77%	1,89%	1,78%	1,67%	2,14%	2,30%	2,54%	2,45%	2,08%	2,17%	2,36%	1,22%	2,09%	2,26%
VI.1. Tesouro Nacional	0,56%	1,51%	2,85%	2,87%	2,71%	3,34%	3,88%	4,21%	4,22%	3,84%	3,88%	3,57%	2,56%	3,24%	3,13%
V.2. Previdência Social (RGPS) (8)	-0,37%	-0,72%	-0,89%	-0,85%	-0,99%	-1,15%	-1,58%	-1,79%	-1,79%	-1,78%	-1,69%	-1,19%	-1,33%	-1,14%	-0,86%
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano (2)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-0,01%	-0,15%	-0,51%	-0,61%	-0,63%	-0,57%	-0,47%	-0,04%	0,05%	0,22%	0,50%
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural (2)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-0,00%	-1,00%	-1,04%	-1,03%	-1,12%	-1,20%	-1,21%	-1,19%	-1,37%	-1,36%	-1,35%
VI.3. Banco Central (9)	-0,07%	-0,02%	-0,07%	-0,04%	-0,05%	-0,05%	-0,01%	-0,02%	-0,01%	-0,01%	-0,02%	-0,02%	-0,02%	-0,01%	-0,01%
VII. AJUSTE METODOLÓGICO (10)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,14%	0,11%	0,11%	0,07%	0,04%	0,04%	0,04%	0,03%
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-0,90%	-0,26%	0,24%	-0,05%	0,02%	0,02%	0,02%	0,00%	-0,04%	0,00%	0,00%	-0,04%	-0,04%	-0,04%	-0,04%
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII) (11)	-0,31%	0,51%	2,13%	1,73%	1,69%	2,16%	2,38%	2,70%	2,60%	2,11%	2,23%	2,35%	1,31%	2,09%	2,25%
Resultado Nominal															
X. JUROS NOMINAIS (11)	-2,02%	-5,12%	-4,60%	-3,85%	-3,63%	-2,84%	-6,94%	-4,09%	-4,01%	-3,31%	-4,47%	-3,17%	-4,62%	-3,30%	-4,36%
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X) (11)	-2,32%	-4,61%	-2,47%	-2,12%	-1,94%	-0,68%	-3,66%	-1,39%	-3,41%	-3,14%	-2,24%	-0,82%	-3,31%	-1,21%	-2,11%
PIB Nominal	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

In [5]: gov

Out[5]:



Crise de 2008

A crise internacional de 2008/9 reforçou a tendência de mudança da política macroeconômica do governo Lula.

Crise de 2008

A crise internacional de 2008/9 reforçou a tendência de mudança da política macroeconômica do governo Lula.

O crescimento do PIB foi ainda alto em 2008 (5,0%), mas despencou em 2009 (-0,1%). Indústria: 4,1% (2008), -9,2% (2009). Não obstante, o crescimento voltou com força no ano seguinte, embora tendo uma base inferior no ano da crise: 7,5% em 2010; indústria, 9,2% (mas 4,0% e 2,2% em 2011). Ver os números adiante.

Crise de 2008

A crise internacional de 2008/9 reforçou a tendência de mudança da política macroeconômica do governo Lula.

O crescimento do PIB foi ainda alto em 2008 (5,0%), mas despencou em 2009 (-0,1%). Indústria: 4,1% (2008), -9,2% (2009). Não obstante, o crescimento voltou com força no ano seguinte, embora tendo uma base inferior no ano da crise: 7,5% em 2010; indústria, 9,2% (mas 4,0% e 2,2% em 2011). Ver os números adiante.

A resposta do governo à crise deu-se em várias frentes: expansão do crédito, redução dos juros, sustentação da taxa de câmbio, socorro às empresas endividadas em moeda estrangeira e vários estímulos fiscais para diferentes setores econômicos.

Além das contas do orçamento, as operações para-fiscais via empréstimos subsidiados do BNDES e CEF receberam grande impulso.

Comércio exterior

O início do governo Lula coincidiu com os efeitos mais visíveis e expressivos da grande expansão do comércio internacional liderada pela China.

Comércio exterior

O início do governo Lula coincidiu com os efeitos mais visíveis e expressivos da grande expansão do comércio internacional liderada pela China.

O efeito desta expansão global sobre os preços de *commodities* exportadas pelo Brasil e os termos de troca foi direto.

Comércio exterior

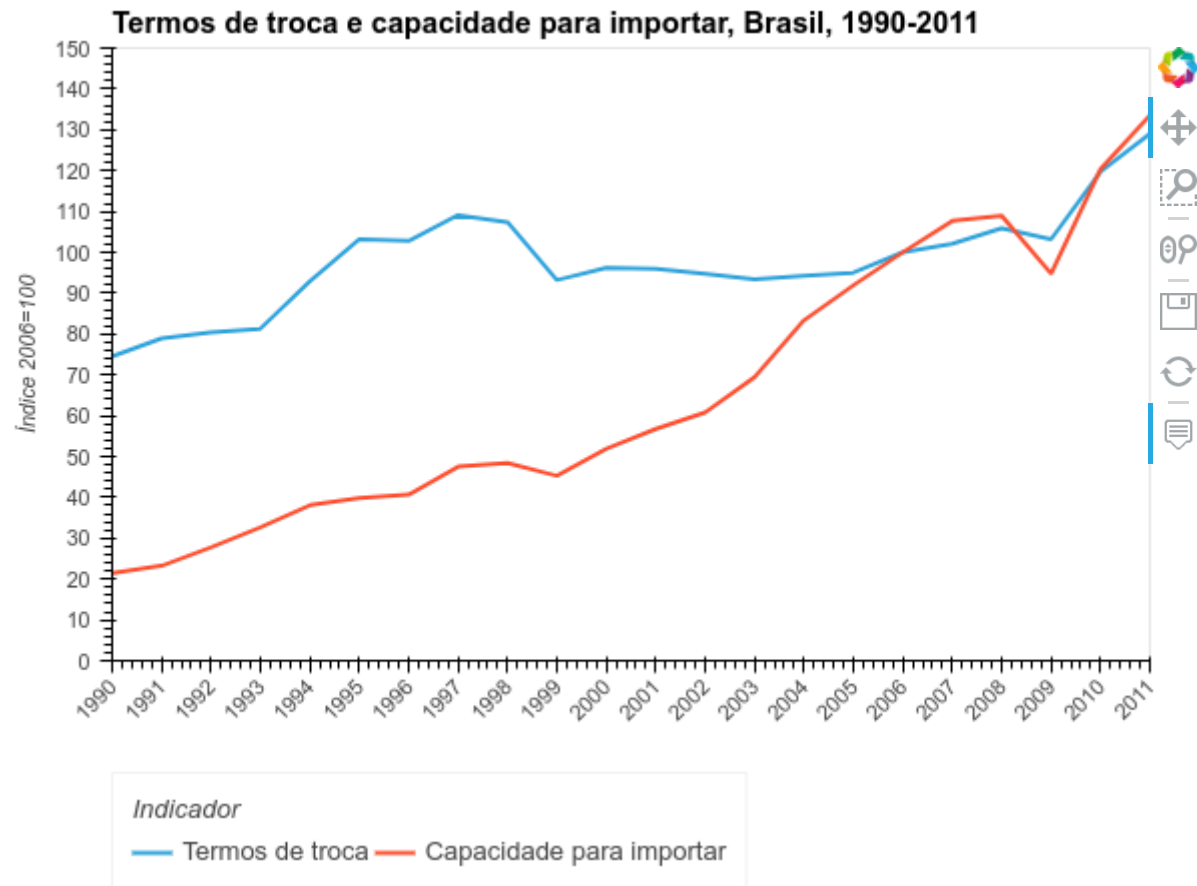
O início do governo Lula coincidiu com os efeitos mais visíveis e expressivos da grande expansão do comércio internacional liderada pela China.

O efeito desta expansão global sobre os preços de *commodities* exportadas pelo Brasil e os termos de troca foi direto.

Ver as figuras a seguir com as séries dos termos de troca e da capacidade para importar (*income terms of trade*). Reparem em especial o desempenho da capacidade para importar.

In [7]: termos

Out[7]:



Resultados macro

Para concluir, vejamos os principais resultados dos agregados macroeconômicos, comparados aos números anteriores e posteriores a 2003-2010.

Resultados macro

Para concluir, vejamos os principais resultados dos agregados macroeconômicos, comparados aos números anteriores e posteriores a 2003-2010.

Primeiro, o crescimento da produção foi positivo durante toda a década de 2000, com exceção de 2008, conforme observado antes.

Resultados macro

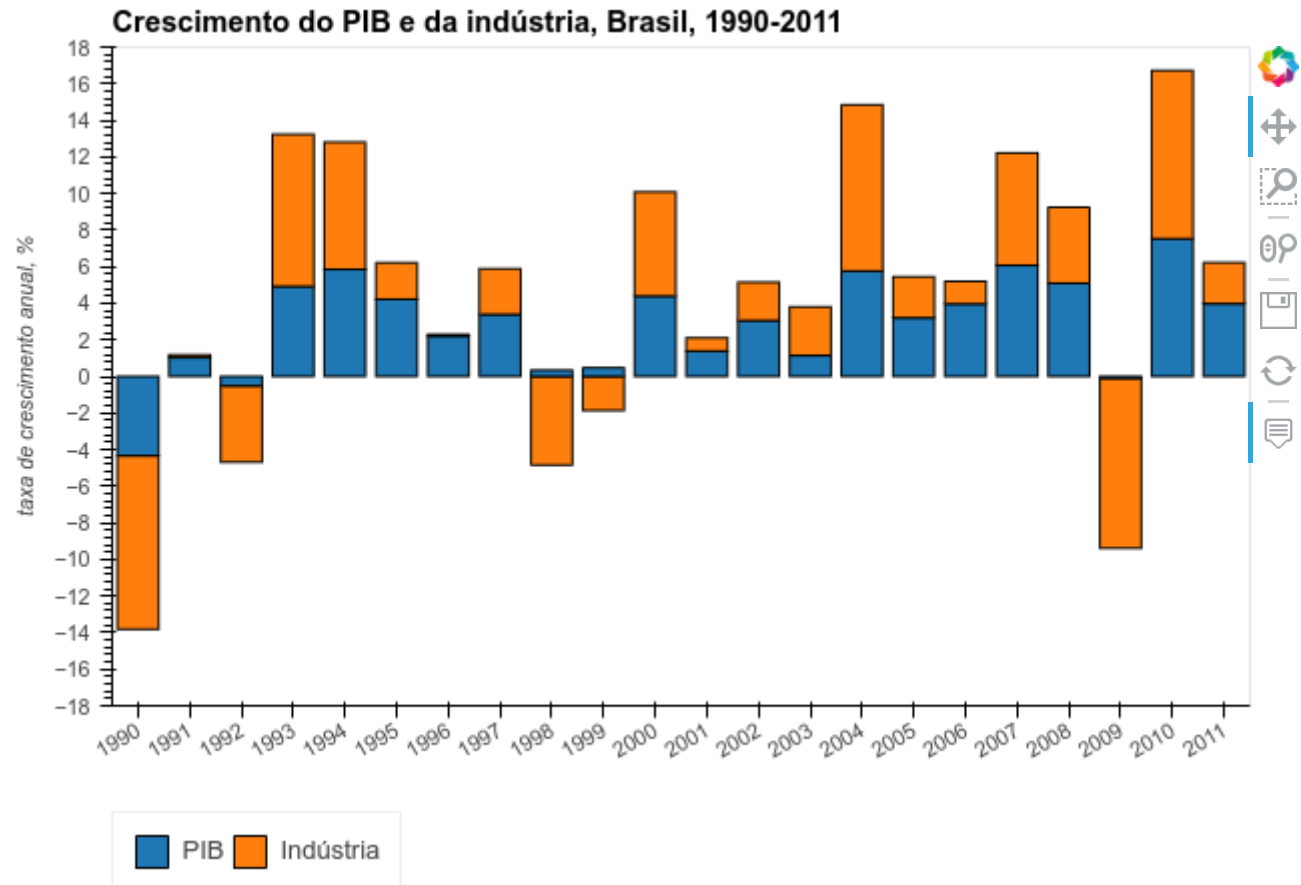
Para concluir, vejamos os principais resultados dos agregados macroeconômicos, comparados aos números anteriores e posteriores a 2003-2010.

Primeiro, o crescimento da produção foi positivo durante toda a década de 2000, com exceção de 2008, conforme observado antes.

Quanto à inflação, depois de queda de 12,5% em 2002 para 3,14% em 2006, o índice de preços ao consumidor subiu para 5,9% em 2010, com tendência de alta.

In [9]: produto

Out[9]:



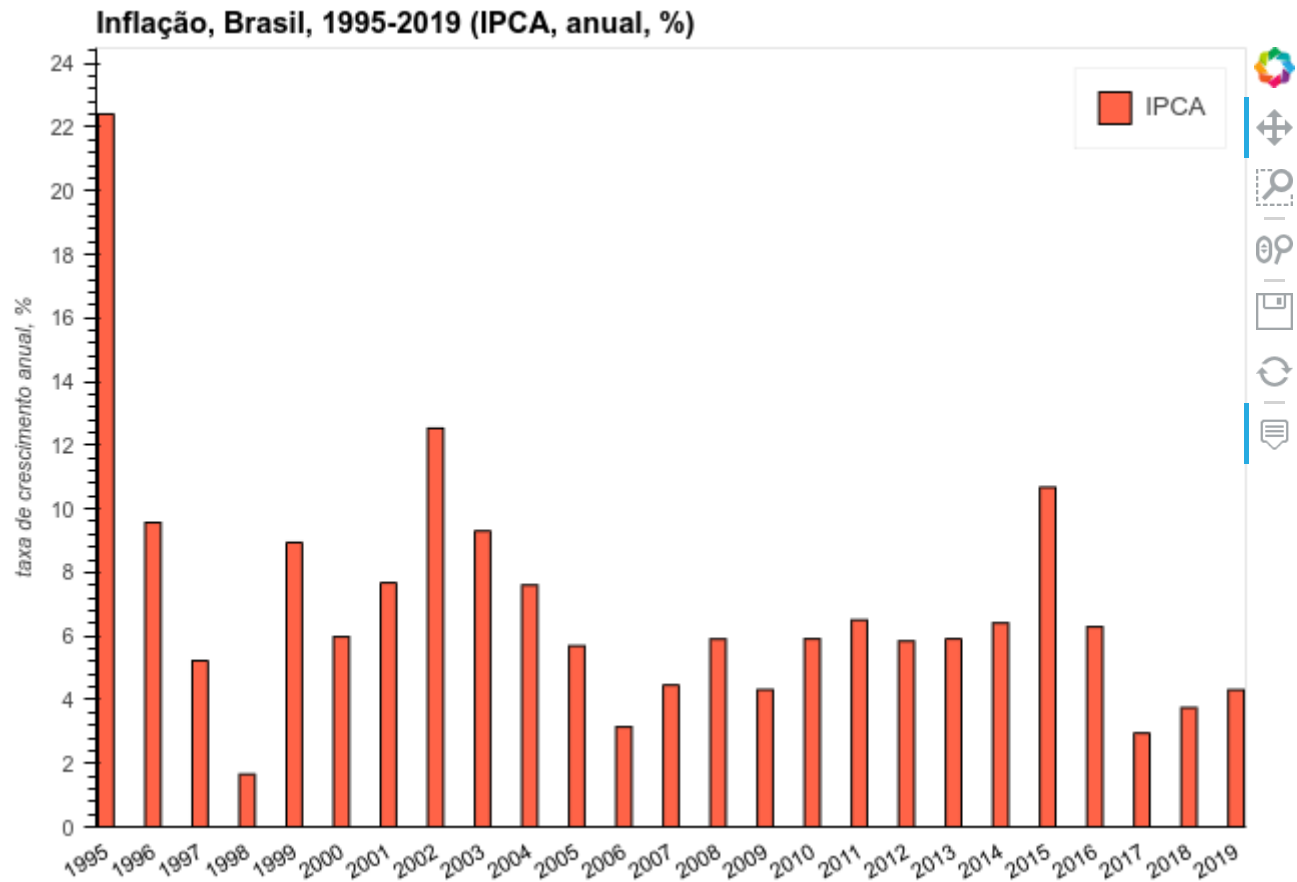
In [10]: pr

Out[10]:

	Ano	Indústria	PIB
0	1990	-9.464707	-4.350000
1	1991	0.149382	1.030000
2	1992	-4.145746	-0.540000
3	1993	8.309666	4.920000
4	1994	6.954051	5.850000
5	1995	1.994216	4.220000
6	1996	0.080221	2.210000
7	1997	2.493408	3.390000
8	1998	-4.841144	0.340000
9	1999	-1.862601	0.470000
10	2000	5.689584	4.390000
11	2001	0.713388	1.390000
12	2002	2.093005	3.053462
13	2003	2.659369	1.140829
14	2004	9.082821	5.759965
15	2005	2.242708	3.202132
16	2006	1.233600	3.961989
17	2007	6.141309	6.069871
18	2008	4.149549	5.094195

```
In [12]: ipca
```

```
Out[12]:
```



Setor externo e reservas

No balanço de pagamentos, as transações correntes saíram de saldo positivo até 2007 (1,8% do PIB em 2004, 0,1% em 2007) para negativo daí em diante (por exemplo, -1,7% do PIB em 2008 e -2,2% em 2010). Sinal de crescente deterioração externa nesse aspecto.

Setor externo e reservas

No balanço de pagamentos, as transações correntes saíram de saldo positivo até 2007 (1,8% do PIB em 2004, 0,1% em 2007) para negativo daí em diante (por exemplo, -1,7% do PIB em 2008 e -2,2% em 2010). Sinal de crescente deterioração externa nesse aspecto.

Mas durante todo o período as entradas de capital se mantiveram elevadas, bem com o estoque das reservas internacionais. De fato, como vimos anteriormente, a reestruturação da dívida externa no início dos anos 1990 marcou o retorno do Brasil ao mercado de crédito internacional.

Setor externo e reservas

No balanço de pagamentos, as transações correntes saíram de saldo positivo até 2007 (1,8% do PIB em 2004, 0,1% em 2007) para negativo daí em diante (por exemplo, -1,7% do PIB em 2008 e -2,2% em 2010). Sinal de crescente deterioração externa nesse aspecto.

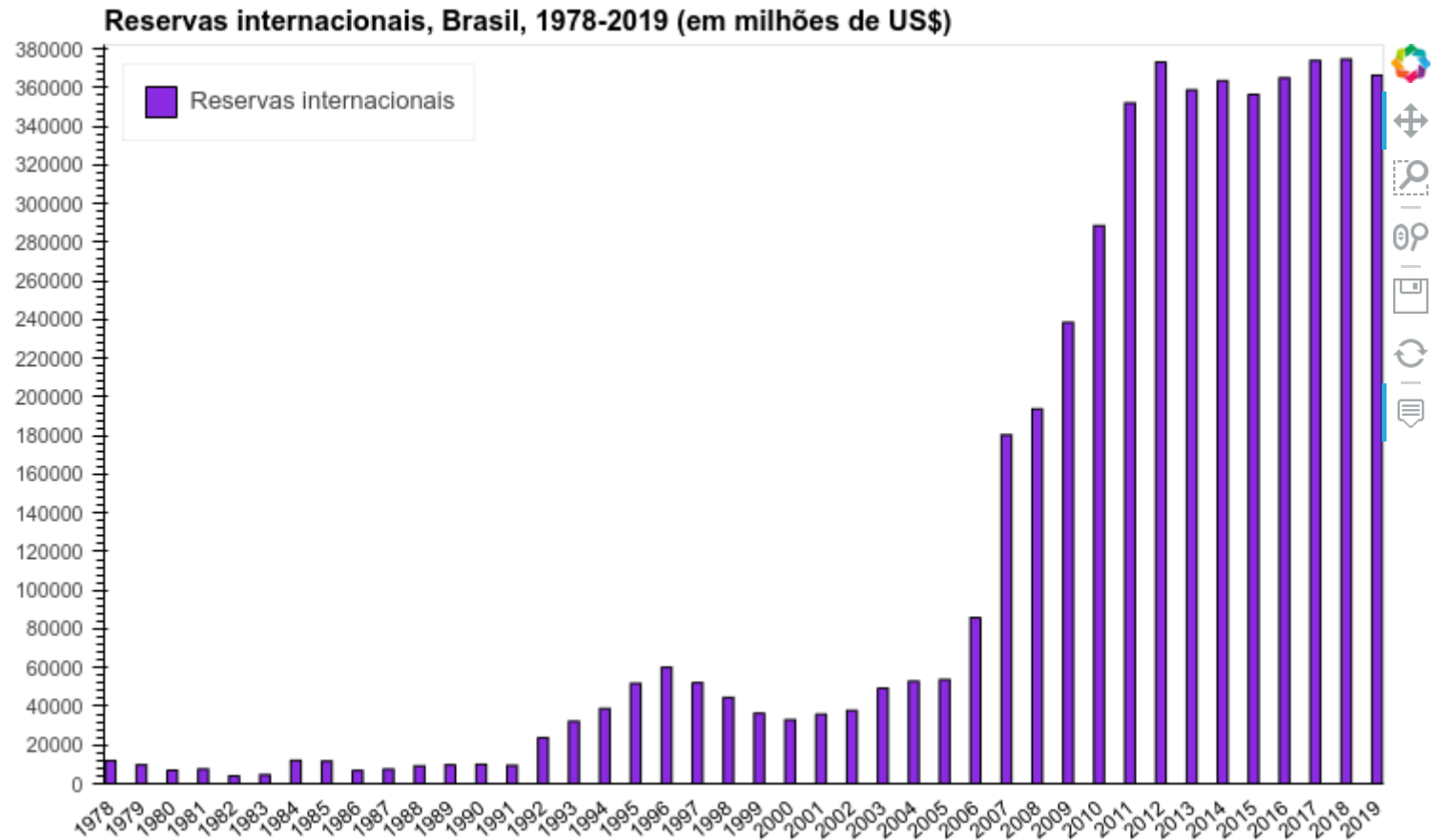
Mas durante todo o período as entradas de capital se mantiveram elevadas, bem com o estoque das reservas internacionais. De fato, como vimos anteriormente, a reestruturação da dívida externa no início dos anos 1990 marcou o retorno do Brasil ao mercado de crédito internacional.

Mas a partir de meados da década de 2000, no início do primeiro governo Lula, a entrada de capital externo atingiu níveis excepcionais. Notar que essa tendência manteve-se nos anos seguintes, apesar da mudança no desempenho macroeconômico, como veremos na próxima aula.

Vejam os gráficos a seguir e comparem os períodos antes e depois dos anos 2000 considerando o total de reservas e dois indicadores: reservas em relação à dívida externa e reservas em meses de importações.

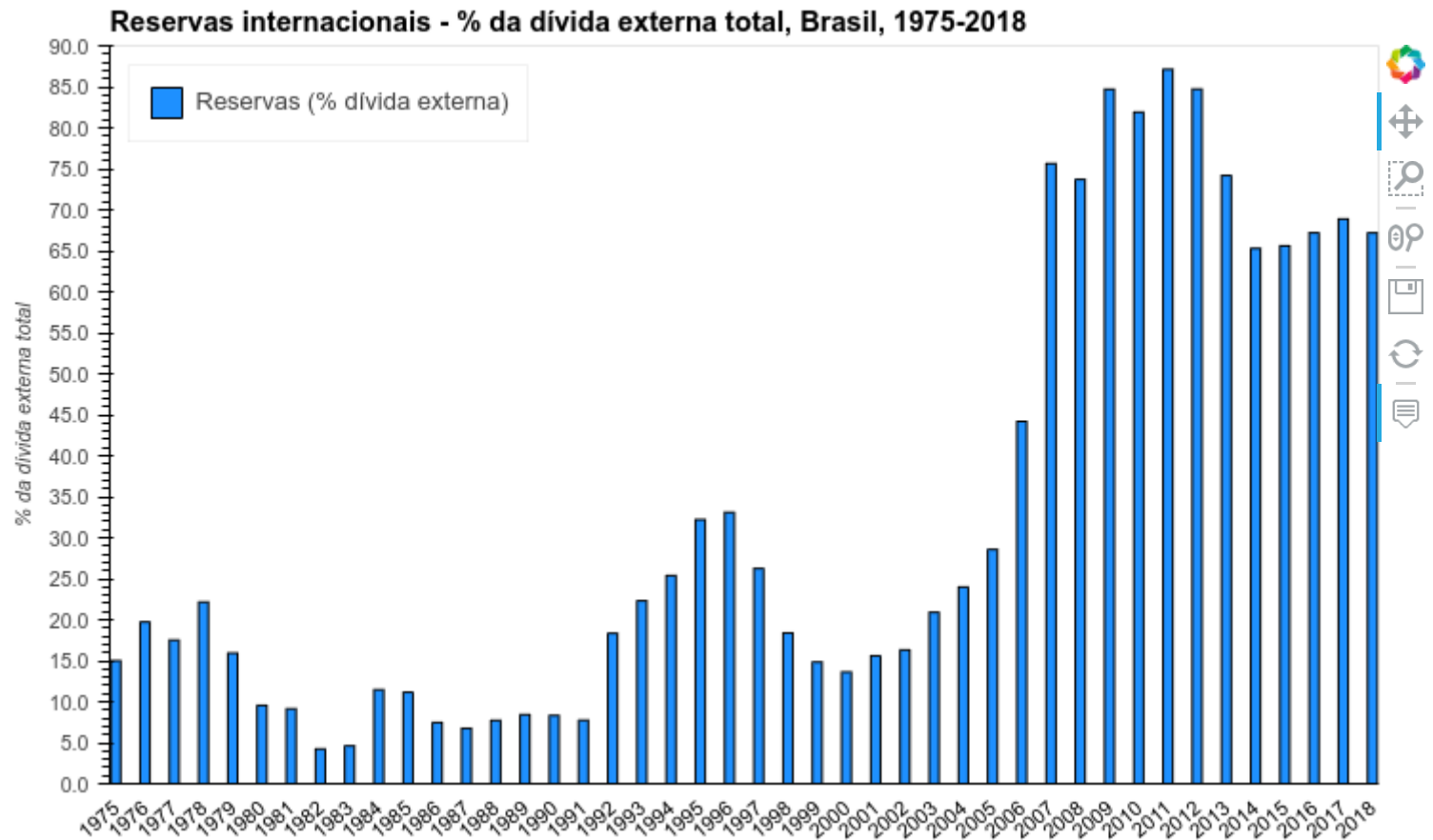
In [14]: reservas_lp

Out[14]:



In [16]: reservas_div

Out[16]:



In [332]: `reservas_imp`

Out[332]:

